



II - AS COOPERATIVAS:

QUE PROJECTO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL ?



1. Introdução

No desenvolvimento económico-social do País, decorridos cinco anos sobre o "25 de Abril", que papel está reservado às Cooperativas de Consumo, que quota-parte de responsabilidade pode assumir o Movimento Cooperativo na melhoria das condições de vida do Povo Português ?

Os Princípios e a doutrina cooperativa respondem de forma clara a esta questão central. Desde as primeiras associações cooperativas nascidas também em Portugal por meados do século XIX, até às opções fundamentais expressas na Constituição da República de 1976, o Movimento Cooperativo tem sido sempre uma das formas de organização voluntária das classes trabalhadoras para tomarem nas suas próprias mãos a construção da sociedade nova a que aspiramos.

No período histórico que vivemos, a expressão maioritária da vontade popular, afirmada no texto constitucional, aponta a Sociedade Socialista como o horizonte para onde caminhamos, tendo em vista a construção de um país mais livre, mais justo e mais fraterno. O Movimento Cooperativo, embora haja grandes obstáculos a vencer, deve considerar que este rumo é irreversível e que as barreiras ainda existentes, no nosso país e noutras partes do mundo, que se opõem às profundas transformações da vida económica, social e cultural, hão-de ser superadas e sobre elas construída uma nova era de desenvolvimento para a humanidade.

Vai fazer um ano, por ocasião do 56º Dia Mundial da Cooperação, a Aliança Cooperativa Internacional (ACI) lançou um apelo à acção dos Cooperadores de todo o mundo visando os seguintes Objectivos:

- Trabalhar para a instauração durável da Paz e da Segurança;
- Contribuir para a promoção universal do progresso económico e social dos trabalhadores;
- Colaborar com as Nações Unidas e as suas instituições especializadas, bem como com as Organizações Internacionais, na participação voluntária, cujos objectivos são importantes para a Cooperação;
- Favorecer as relações amigáveis e comerciais entre as organizações cooperativas de todas as categorias, aos níveis nacional e internacional.

No momento em que caminhamos para o II Congresso e nos interrogamos sobre o caminho a seguir e sobre o papel que o Movimento Cooperativo deve desempenhar no desenvolvimento económico e social do nosso país, os Princípios e Objectivos atrás referidos, assentes nos alicerces constitucionais, devem constituir o nosso guia de acção e de unidade de pensamento.

Para levar por diante a reconstrução do nosso Movimento Cooperativo e podermos dar contribuição válida para o progresso da Cooperação no mundo, é chegado o momento de todos reflectirmos sobre o que somos e para onde vamos. Por isso, esta tese não deve ser considerada uma "obra acabada" mas sim, e apenas, um contributo para o debate de ideias, sereno e profundo, que deve ser o II Congresso.

Princípios, diagnóstico, objectivos e medidas, tudo pode e deve ser enriquecido com a participação interessada das Cooperativas, expressa na voz responsável e consciente dos seus Cooperantes e Trabalhadores.

2. Diagnóstico da Situação

O "25 de Abril" veio encontrar o Movimento Cooperativo oprimido por leis que não o deixavam propagar-se, esmagado por condições de asfixia económica, social e cultural que traduzem bem o que o regime fascista pensava de associativismo das classes trabalhadoras e da participação das populações na vida colectiva.

Extravazando os limites estreitos em que foi legalmente tolerado durante o meio século da ditadura do "estado novo", o Movimento Cooperativo expandiu-se irresistivelmente nos últimos cinco anos, passando de 981 para 3239 Cooperativas, das quais 469 Cooperativas de Consumo.

Esta explosão, fruto da iniciativa espontânea das comissões de moradores e trabalhadores, apoiadas pelas organizações populares e sindicais, tem muito a ver com a situação de exploração económica e desrespeito dos mais elementares direitos e liberdades vividos antes de Abril de 1974.

O nível de vida dos portugueses - um dos mais baixos de toda a Europa, confrontado com as aspirações mais elementares das classes trabalhadoras, fez nascer por todo o lado e em áreas económicas, sociais e culturais muito diversas, um amplo movimento popular de que é expressão o reforço actual do Movimento Cooperativo.

A resposta dos poderes públicos, lenta e contraditória - por força de interesses que continuam a sobrepor-se aos próprios fundamentos constitucionais - não tem correspondido minimamente nem à iniciativa nem à expressão de vontade e consciência cívica das populações. Se exceptuarmos a criação do Instituto António Sérgio no final de 1976 e a existência do Núcleo de Apoio às Cooperativas de Consumo, ambos actuando na área de formação, com o apoio da UNDP e SIDA, as medidas urgentes e necessárias, de apoio e fomento, continuam a não passar de promessa incumprida de todos os governos constitucionais, responsáveis, moral e materialmente, pelo muito que ficou por fazer nos últimos três anos.

Em Abril de 1974, existiam 193 Cooperativas de Consumo congregando menos de 100.000 cooperadores. Hoje, há muito próximo de 500 Cooperativas de Consumo (contando com os Açores e Madeira), foram criados cerca de 2.000 postos de trabalho, investiram-se mais de 500.000 contos das magras economias populares e o Sector abastece 350.000 famílias, ou seja, cerca de 1.200.000 consumidores.

Até onde teria já chegado o Sector Cooperativo de Consumo, se o Estado tivesse cumprido a parte que lhe compete, promovendo - como manda o Art.º 84.º da Constituição - a legislação indispensável e materializando o apoio financeiro, técnico e fiscal necessários?

Nesta corrida contra o tempo, a que assiste vigilante e interveniente o sector privado (não nos esqueçamos do significado do comunicado da Confederação do Comércio de 14/9/78), o Sector Cooperativo debate-se ainda contra outros males, de estrutura e conjunturais, no seu conjunto e amplitude porventura de consequências ainda mais graves que a falta de apoio governamental.

São questões fundamentais, abordadas noutras Teses a apresentar ao II Congresso, pelo que não nos deteremos sobre elas e não ser para referir alguns dos aspectos negativos mais salientes:

- a nível do Sector, este encontra-se desprovido de informação sobre si próprio (está por fazer o levantamento e o diagnóstico da situação actual), encontrando-se praticamente isolado dos outros Sectores Cooperativos,



- com o agravamento do custo de vida e a inflação galopante a que estamos sujeitos desde 1976, as Cooperativas estão cada vez mais descapitalizadas e incapazes de corresponder às necessidades dos seus cooperadores,
- por falta de informação e de meios, o Sector não consegue romper o seu isolamento e muito menos caminhar para formas de organização local, regional e federativa (veja-se a dificuldade que a Federação tem tido para avançar), o que se reflecte na falta de capacidade de concentração de compras e nas dificuldades de relações económicas significativas com as cooperativas agrícolas e de produção industrial,
- nestas condições - falta de informação sectorial, escassez de meios humanos e materiais, grande insuficiência de organização intercooperativa - o Sector só muito lentamente se tem afirmado junto da população como alternativa social e económica,
- desde a falta de leis que defendam eficazmente os consumidores, à ausência de uma política nacional de comercialização e preços, passando pelas estruturas anacrónicas dos chamados "organismos de coordenação económica", o Sector enfrenta todo o género de estrangulamentos económicos e técnicos,
- por outro lado, ao nível de circuitos de distribuição, as Cooperativas confrontam-se com uma estrutura degradada, inflacionista, onde pulula o intermediarismo, o agambarçamento e a especulação, potenciados pela falta de planeamento e estruturas de transporte e rede de frio,
- só no comércio de produtos alimentares - que representam 50% das despesas médias familiares - existem cerca de 1400 armazenistas e 46.000 estabelecimentos de venda a retalho; se se acrescentar que metade do que o país consome em produtos alimentares é proveniente do estrangeiro, pode bem imaginar-se o quadro caótico em que se debate o Sector,
- para terminar, a nível externo o isolamento do Sector em relação aos Movimentos Cooperativos dos outros países, à Aliança Cooperativa Internacional (ACI) e às Nações Unidas (ONU), foi praticamente total até Abril de 1974, situação só agora a modificar-se, e ainda indirectamente, através dos programas de apoio do United Nations Development Programme (UNDP) e do Swedish International Development Authority (SIDA).

3. Estratégia de Sector

A estratégia a seguir definida enquadra-se e é condicionada pela presente situação económica, política e social do país e pelas dificuldades existentes no Sector e em todo o Movimento Cooperativo.

Desde a extensão e oportunidade do apoio governamental, à coesão do Sector perante as pressões de várias índole nela exercidas e à capacidade de se concretizar, em profundidade, a política unitária com o Movimento Sindical e Popular, tudo terá grande peso e influência no caminho a percorrer.

Sintetizamos nas seguintes Bases as opções que mais importa salientar:

BASE I - O projecto de desenvolvimento económico e social do Sector Cooperativo de Consumo identifica-se profundamente com os Princípios Cooperativos recomendados pela Aliança Cooperativa Internacional, com os Princípios Fundamentais da Constituição da República e com os princípios gerais de organização económica nela contidos.



BASE II- Esta opção, única que consideramos consequente com a História do Movimento Cooperativo e com a evolução social operada no nosso país após o "25 de Abril", deve ser considerada como fundamento da política do Sector a nível de princípios e objectivos prioritários a articular com os objectivos do Plano de médio prazo e visando contribuir para a satisfação das necessidades básicas da população.

BASE III- Considerados os antecedentes históricos e a evolução em todo o mundo do Movimento Cooperativo, o nosso maior esforço deve ser dirigido para a criação de estruturas económicas e sociais, de nível local, regional, nacional e internacional, coordenadas com as organizações representativas do Movimento Sindical e Movimento Popular, tendo em vista o desenvolvimento da propriedade social.

BASE IV - Neste sentido último, o Sector deve contribuir para que o reconhecimento constitucional da existência do Movimento Cooperativo seja expresso em medidas legislativas, de política económica e administração pública necessárias ao fomento e actividades das Cooperativas, isto conseguido através do diálogo, participação e estreitamento de relações institucionais com os órgãos de soberania, nomeadamente com a Assembleia da República e o Governo.

BASE V - Ao mesmo tempo, o Sector deve fazer um grande esforço de informação e organização, sectorial e intercooperativo, visando uma estrutura institucional adequada e a instauração de uma política nacional de capacitação cooperativa a todos os níveis.

BASE VI - A nível externo, o Sector deve contribuir para a política de desenvolvimento inspirada no Artº. 55º. da Carta das Nações Unidas, cooperando com o ECOSOC e com as outras Agências especializadas, nomeadamente com a OIT, FAO, UNESCO e UNCTAD, no âmbito dos programas de acção do UNDP.

BASE VII - Com este mesmo objectivo, o Sector deve integrar-se na Aliança Cooperativa Internacional (ACI) e estreitar laços de amizade e cooperação económica, social e cultural com as organizações cooperativas de todos os países do mundo.

4. Objectivos Sectoriais

No quadro da estratégia global atrás definida, a política do Sector Cooperativo de Consumo orientar-se-á pelos seguintes objectivos sectoriais:

- a) contribuir para uma política económica, social e cultural de equidade, justiça social e igualdade;
- b) alargar e intensificar as relações e actividades unitárias entre as Cooperativas, Sindicatos e demais organizações de trabalhadores;
- c) aprofundar e coordenar as relações do Movimento Cooperativo com as Organizações Regulares de Base e os órgãos do Poder Local;
- d) promover o diálogo com os órgãos de soberania e a participação do Sector na elaboração de leis e medidas de apoio e fomento;
- e) intensificar as relações com os Movimentos Cooperativos de outros países e com as organizações internacionais;

f) contribuir para a satisfação das necessidades reais de abastecimento, estabilização dos preços, racionalização dos circuitos comerciais e a reestruturação dos actuais organismos de coordenação económica;





- g) desenvolver relações directas com a produção, no domínio do abastecimento de produtos alimentares essenciais e bens de grande consumo;
- h) fomentar a organização das Cooperativas, no plano local e regional, como forma de promover a concentração de compras e a criação de estruturas económicas mais avançadas;
- i) apoiar a formação e expansão de cooperativas de consumo:
 - com a necessária base social e dando prioridade às áreas "brancas" e às zonas mais carenciadas,
 - com dimensões técnico-comerciais e organizativas equilibradas,
 - integradas no aparelho comercial de novas urbanizações ou em áreas de desenvolvimento previsível;
- j) promover e apoiar o rápido levantamento e diagnóstico da situação global do Sector Cooperativo de Consumo, das suas estruturas económicas e sociais;
- k) promover e apoiar a realização de cursos intensivos de educação e formação cooperativa e técnica, a todos os níveis;
- l) intensificar o grau de participação dos cooperantes nas actividades e decisões associativas, como forma de assegurar a gestão democrática dos interesses colectivos;
- m) motivar a fidelidade associativa e económica dos cooperantes, desenvolvendo novos e melhores serviços que correspondam às suas necessidades reais;
- n) garantir o intercâmbio de informações e a comunicação entre as cooperativas, as suas estruturas organizativas e os outros ramos do Sector Cooperativo;
- o) promover a divulgação do COOPERATIVISMO junto da opinião pública, como forma de organização, informação e defesa dos direitos e interesses dos consumidores.

5. Medidas Sectoriais

No desenvolvimento da estratégia e dos objectivos atrás definidos, há que apontar medidas concretas, realistas, que materializem correctamente a política global proposta nesta Tese.

No capítulo anterior (4. Objectivos Sectoriais), apontaram-se 15 Objectivos prioritários (alíneas a a o), em relação aos quais todas as Cooperativas devem agora pronunciar-se enriquecendo com as suas propostas e críticas um conjunto de medidas sectoriais que hão-de constituir, harmonicamente, o PROGRAMA DE ACÇÃO DO SECTOR COOPERATIVO DE CONSUMO.

Cada um dos 15 Objectivos referidos anteriormente pode ser fonte de inúmeras propostas, motivo para debate intenso e ponto de retorno às restantes Teses para aprofundamento das questões levantadas. A Comissão Instaladora da FENACCOOP, simultaneamente Comissão Organizadora do 2º. CONGRESSO tem, necessariamente, ideias de base, definidas, sobre um grande número de medidas a tomar, desde as imediatas às de curto e médio prazo.

QUE FAZER para que o Sector possa dar contributo válido para uma nova política de equidade, justiça e igualdade ?

QUE FAZER para intensificar as relações do Movimento Cooperativo com o Movimento Sindical ?

QUE FAZER para aprofundar as relações com todas as organizações que integram o Movimento Popular e com os órgãos de poder local ?

QUE FAZER para levar a nossa voz à Assembleia da República, ao Governo e aos demais órgãos de soberania ?

QUE FAZER para quebrar o isolamento e estabelecer relações e contactos com todos os Movimentos Cooperativos e organizações internacionais ?

QUE FAZER para saltar o fosso que separa os 12% que somos - em número de consumidores - dos 3% que não chegamos a ser, em volume de bens consumidos ?

QUE FAZER para estabelecer com a produção contratos-programa, acordos de campanha e até participação em investimentos agro-pecuários e outros ?

QUE FAZER a nível de concentração de compras, no plano local, regional e nacional ? Apontem-se experiências bem sucedidas, para referência.

QUE FAZER para elevar o número de Cooperativas de Consumo para, pelo menos, 1200 unidades ? Será demais ou serão poucas ? Porquê ?

QUE FAZER para obter das Cooperativas a sua participação interessada no levantamento da situação de todo o Sector ?

QUE FAZER em matéria de cursos de educação cooperativa e formação profissional: quais as maiores necessidades ?

QUE FAZER para dinamizar a vida associativa das Cooperativas e levar os cooperadores a interessarem-se pela gestão e pela definição dos objectivos sociais ?

QUE FAZER para aumentar o grau de fidelidade dos cooperadores e recuperar os que sendo associados pouco ou nada beneficiam da sua participação ?

QUE FAZER para pôr todas as Cooperativas em contacto umas com as outras, a nível do Sector Cooperativo de Consumo e dos outros ramos do Cooperativismo ?

QUE FAZER para divulgar os princípios e a doutrina cooperativa à população, e para defender e informar os consumidores ?

Estas 15 perguntas, de certo modo simétricas dos objectivos prioritários atrás apontados, não obrigam a respostas exaustivas, nem exigem resposta caso a caso. A intenção é recolher de cada Cooperativa, de cada dirigente, trabalhador ou simples cooperador interessado por estes problemas, um testemunho, uma proposta, uma nova ideia, um novo objectivo a acrescentar aos enunciados.

A intenção é, também, acordar cada um e todos para o desafio profundo que é o 2.º CONGRESSO. Para termos autoridade, amanhã, para exigir da Assembleia da República e do Governo o cumprimento dos seus deveres constitucionais, é necessário, é indispensável que todos, agora, perguntemos a nós próprios quem somos, o que queremos e para onde vamos.

